



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS**

ELIZYANE VALENTE BRABO

**A ALFABETIZAÇÃO E O LETRAMENTO NA COMPREENSÃO E NAS
PRÁTICAS DOS PROFESSORES ALFABETIZADORES DE UMA ESCOLA NO
MUNICÍPIO DE BARCARENA-PA**

Abaetetuba

2022

ELIZYANE VALENTE BRABO

**A ALFABETIZAÇÃO E O LETRAMENTO NA COMPREENSÃO E NAS
PRÁTICAS DOS PROFESSORES ALFABETIZADORES DE UMA ESCOLA NO
MUNICÍPIO DE BARCARENA-PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
para obtenção do grau de Licenciatura Plena em
Pedagogia, pela Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Prof^a. Esp. Olidete de Araújo

Abaetetuba

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

V154a Valente Brabo, Elizyane.

A alfabetização e o letramento na compreensão e nas práticas dos professores alfabetizadores de uma escola no município de Barcarena-PA / Elizyane Valente Brabo. — 2022.
19 f.

Orientador(a): Prof^ª. Esp. Olidete de Araújo

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Curso de Pedagogia, Abaetetuba, 2022.

1. Alfabetização. 2. Letramento. 3. Práticas sociais. 4. Professores. I. Título.

ELIZYANE VALENTE BRABO

**A ALFABETIZAÇÃO E O LETRAMENTO NA COMPREENSÃO E NAS
PRÁTICAS DOS PROFESSORES ALFABETIZADORES DE UMA ESCOLA NO
MUNICÍPIO DE BARCARENA-PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
para obtenção do grau de Licenciatura Plena em
Pedagogia, pela Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Prof^a. Esp. Olidete de Araújo

APROVADA EM: 19/07/2022

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Esp. OLIDETE DE ARAÚJO
Orientadora - UFPA

Prof^a. Dr^a. JOYCE OTÂNIA SEIXAS RIBEIRO
Examinadora interna - UFPA

RESUMO

Durante muitos anos a alfabetização foi reduzida a simples obtenção de um código baseado na correspondência entre fonemas e grafemas. Entretanto, as principais críticas ocorrem pelo fato de que por meio desse modelo tradicional de ensino, tem-se formado sujeitos que leem e escrevem mecanicamente. Nesse cenário, é necessário reconhecer novas práticas visando superar o tradicionalismo, emergindo assim, o letramento, que carrega em seu contexto a dimensão sociocultural da língua escrita. Ao docente, cabe utilizar as práticas sociais para mediá-las no espaço escolar, assim, na medida em que é alfabetizada, a criança tomará conhecimento do mundo a sua volta. Portanto, reconhecendo sua importância para viabilizar o processo de alfabetização, surge a problemática: como o letramento se reflete na prática pedagógica dos professores alfabetizadores? O principal objetivo deste estudo é identificar de que maneira os professores alfabetizadores introduzem a cultura letrada nas suas práticas, e para isso, a pesquisa consistiu-se em uma abordagem qualitativa. A coleta de dados foi realizada em uma escola no município de Barcarena e incluiu observação em turmas de 1º e 2º ano do ensino fundamental e entrevistas com as professoras das classes. Os resultados obtidos no recorte das entrevistas nos levam a pensar que ainda existem lacunas na compreensão acerca dos conceitos de alfabetização e letramento, o que de certa forma, acaba dificultando a inserção da cultura letrada na prática docente. Portanto, esta pesquisa buscou contribuir com a comunidade acadêmica para a ampliação da compreensão destes dois processos, bem como a sua relevância para o meio social.

Palavras-chave: Alfabetização; Letramento; Práticas sociais; Professores.

ABSTRACT

For many years literacy was reduced to simply obtaining a code based on the correspondence between phonemes and graphemes. However, the main criticisms are due to the fact that through this traditional teaching model, subjects who read and write mechanically have been formed. In this scenario, it is necessary to recognize new practices aimed at overcoming traditionalism, thus emerging literacy, which carries in its context the sociocultural dimension of written language. It is up to the teacher to use social practices to mediate them in the school space, so, as they become literate, the child will become aware of the world around them. Therefore, recognizing its importance to make the literacy process viable, the problem arises: how is literacy reflected in the pedagogical practice of literacy teachers? The main objective of this study is to identify how literacy teachers link literate culture to their practices, and for that, the research consisted of a qualitative approach. Data collection was carried out in a school in the city of Barcarena and included observation in 1st and 2nd grade classes of elementary school and interviews with the teachers of the classes. The results obtained in the interview clipping lead us to think that there are still gaps in understanding about the concepts of literacy and literacy, which, in a way, ends up making it difficult to insert literate culture into teaching practice. Therefore, this research sought to contribute to the academic community to expand the understanding of these two processes, as well as their relevance to the social environment.

Keywords: Literacy; Literacy; Social practices; Teachers.

1 INTRODUÇÃO

Durante muitos anos o processo de alfabetização foi reduzido à correspondência grafofônica, ou seja, a aprendizagem da leitura e da escrita era tida como a simples obtenção de um código baseado na associação entre fonemas e grafemas. Essa conjuntura desencadeia em uma educação fragmentada, que no Brasil, já vem se alarmando há muito tempo, implicando na constituição de uma sociedade com um elevado número de analfabetos.

Na escola, tradicionalmente ao iniciar o processo de alfabetização, aprendemos a ler e escrever com esse sistema, que se baseia em trabalhar a forma e o nome de cada uma das letras de maneira independente e depois combiná-las para criar sílabas e palavras. Começa pelas vogais, seguidas das consoantes, e com elas, as primeiras sílabas e palavras são formadas. As principais críticas apontam para o fato de que o sistema tradicional não respeita o ritmo maturacional das crianças, não as motiva a aprender, formando sujeitos que leem e escrevem mecanicamente, sem entender de fato o que estão fazendo (BRAGGIO, 1992).

Refletindo essa questão, surge a necessidade de reconhecer novas práticas que visem ultrapassar a mera sistematização da capacidade de saber ler e escrever, emergindo assim, o letramento. O termo letramento carrega em seu contexto a dimensão sociocultural da língua escrita e seu aprendizado. Para Ângela Kleiman (2005), o letramento foi criado para fazer referência ao uso da língua para além dos muros das escolas. Dessa forma, entende-se que uma criança alfabetizada é capaz de aprimorar as competências de leitura e escrita, visto que, a criança alfabetizada e letrada irá apreender essas competências para além do espaço escolar. Por isso, é fundamental que essas duas práticas estejam associadas no âmbito educacional.

Ter o total conhecimento da relação entre estes processos é extremamente necessário para a organização de um eficiente trabalho docente, pois, quando o professor insere o aluno no meio social, ele estará contribuindo para que a construção do conhecimento se torne mais apreciável e significativa. Desse modo, a alfabetização não estaria sendo reduzida ao ato de ler e escrever, mas, estaria ligada às habilidades de desenvolvê-las nas práticas sociais.

Considerando essa premissa, realizar um estudo acerca da alfabetização e do letramento é de extrema relevância, pois poderá contribuir para futuras formulações teóricas, sugerindo possíveis modificações da realidade que circunda os problemas de alfabetização. Assim, esta pesquisa também busca obter determinado valor ao promover novas reflexões em relação a perspectiva de alfabetizar letrando, especialmente junto aos professores alfabetizadores, que trabalham diariamente no processo de ensino e aprendizagem.

Portanto, reconhecendo sua importância para o processo de alfabetização, de que maneira o letramento se reflete na prática pedagógica dos professores alfabetizadores? A pesquisa aqui desenvolvida tem como principal objetivo identificar de que maneira os professores alfabetizadores introduzem a cultura letrada nas suas práticas de ensino, e para isso, serão trilhados os seguintes caminhos: apontar os conceitos de alfabetização e letramento, objetivando uma melhor compreensão da relação entre estes dois processos; trazer reflexões acerca do ensino tradicional, bem como suas implicações para o processo de alfabetização; apresentar o letramento como um recurso para o processo de alfabetização; e compreender a concepção de alfabetização e letramento a partir do ponto de vista dos educadores.

Então, visando atingir os objetivos propostos e corroborar as ideias do processo investigativo, este trabalho pode ser classificado como uma abordagem qualitativa, pois teve como preocupação primordial o levantamento de dados interpretativos e não quantitativos (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). E para um maior aprofundamento a respeito do tema proposto, foram realizadas pesquisas bibliográficas, que segundo Severino (2007), é aquela proveniente de materiais publicados de tudo o que já foi desenvolvido sobre a temática escolhida. Foram explorados documentos e obras sobre os estudos direcionados à alfabetização e ao letramento com o intuito de fazer uma reflexão acerca do ponto de vista dos principais teóricos que embasaram este artigo.

Em função disso, após o tratamento destas informações e a delimitação do tema, surgiu a necessidade de desenvolver procedimentos que colaboraram para o levantamento de dados, dentre eles, cabe aqui destacar a pesquisa de campo, que foi realizada em uma escola municipal de ensino fundamental no Município de Barcarena-Pará. Observando e interagindo socialmente com os investigados durante uma semana, a atividade de campo emergiu da necessidade de compreender de que forma os docentes inserem a cultura letrada nas suas práticas de ensino.

Outra ferramenta utilizada para a construção do trabalho, foi a realização de entrevistas semiestruturadas com duas professoras das turmas de primeiro e de segundo ano da referida escola. É importante reiterar que, foi oferecido a elas o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) antes do início da coleta de dados, para que ambas pudessem ter o pleno esclarecimento em relação a investigação a ser realizada. Após estes processos, todos os dados foram coletados e analisados qualitativamente com a finalidade de construir os resultados da pesquisa, que serão discutidos ao longo deste trabalho.

2 DEFININDO ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: COMPREENDENDO CONCEITOS

A aquisição dos sistemas de leitura e escrita tem sido objeto de estudo de diversas áreas do conhecimento nos últimos anos. Mesmo que o letramento não seja considerado uma metodologia e sua pesquisa também não tenha surgido relacionada ao processo de educação, é importante frisar que os primeiros estudos foram conduzidos por antropólogos que tinham grande interesse em estudar acerca das práticas socioculturais ligadas ao uso da língua escrita, sendo assim, este conceito teve implicações nas abordagens de alfabetização, bem como na maneira em que pensamos a associação entre escola, ensino e comunidade (FERREIRA, 2014).

Araújo (2001) propõe que a alfabetização deve estar inteiramente relacionada com as práticas sociais durante o desenvolvimento do aprendizado, tendo em vista que, é na escola que o sujeito tem maior contato com a leitura e a escrita. Entretanto, o primeiro contato se dá antes mesmo do ingresso na escolaridade, e muitas vezes, nem percebemos. Portanto, para uma melhor compreensão em relação a temática proposta, é importante destacarmos os conceitos de alfabetização e letramento, considerando que ambos têm origem na fase inicial do processo de escolarização.

Uma das definições de alfabetização será apresentada através das contribuições de Emilia Ferreiro e Ana Teberosky, por serem referências na área da educação, demonstrando um novo olhar quanto a esta concepção. Em sua obra intitulada “Psicogênese da Língua Escrita” (1984), a alfabetização é compreendida como o processo pelo qual a criança aprende a ler e a escrever, levando em conta o conhecimento prévio que ela adquire antes mesmo de adentrar à sala de aula. Nesse sentido, as autoras ainda salientam que mediado eficazmente, o processo de alfabetização é capaz de promover a função social da escrita.

O pró-letramento - programa de formação continuada de professores dos anos/séries iniciais do ensino fundamental (2008, p.10) destaca que:

Historicamente, o conceito de alfabetização se identificou ao ensino-aprendizado da “tecnologia da escrita”, quer dizer, do sistema alfabético de escrita, o que, em linhas gerais, significa, na leitura, a capacidade de decodificar os sinais gráficos, transformando-os em “sons”, e, na escrita, a capacidade de codificar os sons da fala, transformando-os em sinais gráficos.

De acordo com o que foi citado acima, torna-se compreensível que o termo alfabetização foi muito utilizado como o processo de obtenção das habilidades de ler e escrever. Porém, Soares (1998, p.33) vai além dessa estreita relação entre fonemas e grafemas ao evidenciar de maneira sucinta que:

Alfabetização é dar acesso ao mundo da leitura. Alfabetizar é dar condições para que o indivíduo - criança ou adulto- tenha acesso ao mundo da escrita, tornando-se capaz não só de ler ou escrever, enquanto habilidades de decodificação e codificação do sistema da escrita, mas, e, sobretudo, de fazer uso real e adequado da escrita com todas as funções que ela tem em nossa sociedade e também como instrumento na luta pela conquista da cidadania plena.

A ideia da autora mencionada nos remete que, ao compreender o uso da leitura e da escrita durante o processo de alfabetização, faz-se necessário inserir o indivíduo no contexto sociocultural por meio das práticas educativas, com a finalidade de alcançar sua cidadania, tendo plena capacidade de se expressar e entender a sociedade.

Refletindo a definição de alfabetização, é valoroso considerar as contribuições do educador Paulo Freire a respeito do assunto, de modo que ele é reconhecido como precursor em atribuir uma dimensão política a ela. Com este feito, surgiu a necessidade de a alfabetização valorizar o entendimento de mundo dos indivíduos a partir das relações sociais, culturais e políticas, isto é, quando o educando aprende a ler e a escrever, fica apto para atuar como sujeito de direitos na sociedade (FREIRE, 1989).

Quando nos referimos ao letramento, é cabível afirmar que é um termo relativamente atual, pois o vocabulário educacional aderiu ao conceito somente em meados dos anos 80. Por esta razão, recorreremos primordialmente às explicações da educadora Magda Soares, que é considerada a "mãe" do letramento no Brasil, ao enfatizar a importância de desenvolver atividades que trabalhem os sistemas de leitura e escrita de forma significativa. A autora deixa claro que o letramento pode ser definido como o desenvolvimento do processo de ensinar e aprender as práticas sociais dos sistemas de leitura e escrita (SOARES, 1998).

Compreende-se que através desta concepção, a criança é capaz de perceber o mundo a sua volta, pois o letramento encontra-se presente em todas as partes, o mundo é letrado, com isso, ela terá a oportunidade de desenvolver a aprendizagem de uma maneira mais significativa e contextualizada.

O programa de formação continuada de professores dos anos/séries iniciais do ensino fundamental (2008, p.11) elucida a ideia de Magda Soares ao argumentar que, o letramento é "o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever, bem como o resultado da ação de usar essas habilidades em práticas sociais".

Val (2006, p.19) corrobora esta visão ao afirmar que:

Letramento pode ser definido como o processo de inserção e participação na cultura escrita. Trata-se de um processo que tem início quando a criança começa a conviver com as diferentes manifestações da escrita na sociedade (placas, rótulos, embalagens

comerciais, revistas etc.) e se prolonga com toda a vida, com a crescente possibilidade de participação nas práticas sociais que envolvem a língua escrita [...].

Com essas concepções, o conceito de letramento nos leva a refletir que o processo de domínio da língua oral e escrita abrange aspectos socioculturais necessários para a construção de uma alfabetização contextualizada. Dessa maneira, este trabalho considera que o letramento deve ser valorizado nas séries iniciais, pois não basta somente aprender a codificar e decodificar, é necessário que o sujeito também conheça a função social da língua.

Apesar da relação entre ambos, é determinante pontuar que a alfabetização e o letramento têm sido constantemente confundidos. Por isso é imprescindível:

[...] reconhecer que alfabetização – entendida como a aquisição do sistema convencional de escrita – distingue-se de letramento – entendido como o desenvolvimento de comportamentos e habilidades de uso competente da leitura e da escrita em práticas sociais [...] (SOARES, 2018, p.64).

Portanto, compreender os conceitos aqui abordados é essencial para a prática educativa, de modo que, mesmo a alfabetização e o letramento sendo dois processos distintos, eles se complementam e devem estar relacionados no cotidiano escolar, pois a partir do momento em que o aluno é inserido em seu contexto social e cultural, a aprendizagem se torna mais prazerosa e compreensiva, obtendo resultados satisfatórios em seu processo de formação.

2.1 O ensino tradicional e suas implicações no processo de alfabetização

Sabe-se que o processo de alfabetização tem início no momento em que o sujeito tem o primeiro contato com a escrita, seja ele através de jornais, revistas, rótulos, embalagens ou quaisquer outros elementos que podem anteceder à entrada da criança na escola, que é vista como a principal instituição responsável em conduzir a aprendizagem em cada ciclo.

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), o sistema educacional no Brasil passou a ser constituído por etapas, que abrange a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Logo, a lei federal nº11.274 promulgada no ano de 2006, presume o ensino fundamental de nove anos de duração em todo o país, adiantando o ingresso das crianças de seis anos de idade na rede regular de ensino. Por conseguinte, o ensino fundamental é classificado como uma etapa da educação básica de caráter obrigatório que pode ser subdividido em duas fases: anos iniciais (1º ao 5º ano) e anos finais (6º ao 9º ano).

Nessa concepção, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (2013) ressaltam que a escola deve garantir o acesso ao conhecimento para todos os educandos, objetivando o pleno desenvolvimento da capacidade de aprender. Entretanto, é na fase dos anos iniciais que as propostas educacionais estão voltadas para a alfabetização.

Entender a importância das práticas sociais no processo de alfabetização não tem sido uma tarefa fácil para os docentes, e consequentemente, muitos acabam optando pelo método tradicional de ensino, que Paulo Freire (1987, p.33) refere-se como educação bancária, “em que os educandos são os depositários e o educador o depositante”. Isto é, neste modelo de ensino, o aluno se torna um mero agente passivo, sem ter autonomia para participar da construção do conhecimento.

A alfabetização bancária abordada por Freire é baseada na mera transmissão de conhecimentos do professor para o aluno, onde este terá sua função reduzida a um objeto de aprendizagem vazio, enquanto o educador deposita os conteúdos. É muito comum vermos isto acontecendo no modelo tradicional de alfabetização, em que ao educando, é negado a sua condição de ser humano histórico e social. O mundo da criança está diretamente ligado ao mundo no qual ela está inserida, com todas as linguagens que lhe institui e com os múltiplos papéis sociais desempenhados pela escrita.

Apesar de ser considerado ultrapassado, o método tradicional ainda se encontra muito presente nas escolas brasileiras, mesmo não contribuindo para resultados satisfatórios dentro da expectativa do processo de alfabetização, já que cada vez mais tem se formado sujeitos que mal conseguem dominar os sistemas de leitura e escrita.

Nas reflexões de Mortatti (2004, p.70) entre as décadas de 1980 a 1990 “os diagnósticos e denúncias dos problemas educacionais encontravam sua síntese na constatação do fracasso escolar das camadas populares, que se verificava especialmente na passagem da 1ª para a 2ª série do ensino de 1º grau”. Diante deste insucesso, foram apontadas diversas razões, principalmente no que tange as questões relacionadas ao método tradicional de alfabetização.

De acordo com os dados apontados pelo Ministério da Educação, após a realização da Avaliação Nacional de Alfabetização, aplicada em 2016 para mais de dois milhões de alunos matriculados no terceiro ano do ensino fundamental, foi constatado que, mais de cinquenta por cento destes educandos apresentam nível insuficiente em leitura e mais de trinta por cento não alcançaram o esperado na prova de escrita (FONTE: O GLOBO/EDUCAÇÃO).

Considera-se então, que esse cenário equivaleu como justificativa para a alfabetização ser antecipada, pois até aquele momento, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, instaurado em 2012, consistia em alfabetizar todas as crianças até o terceiro ano do ensino

fundamental. No entanto, com a implementação da nova Base Nacional Comum Curricular, este prazo foi precedido, e agora, as escolas têm a função de garantir que os alunos estejam alfabetizados até o segundo ano.

Logo, os professores estão correndo contra o tempo para concretizar este feito. E para isso, muitas vezes acabam aderindo ao ensino tradicional, na perspectiva de que o educador detém de todo o saber, e, a alfabetização sendo vista como um processo mecânico de memorização, que não reconhece o uso da escrita como uma representação do contexto cultural, além de não considerar a realidade social na qual o estudante está inserido.

Embasado neste método mecânico de alfabetização, a autora Silvia Braggio, em sua obra “Leitura e Alfabetização: da concepção mecanicista à sociopsicolinguística” (1992) destaca que por trás de cada concepção há uma teoria relacionada a abordagem de como se dá o processo de ler e escrever. No mundo, milhões de pessoas estudaram em sistemas tradicionais que contribuíram para sua formação como prelúdio para o desenvolvimento pessoal e profissional. No entanto, no ensino tradicional o processo de ler e escrever é definido como: “a mera aquisição da técnica de ler e escrever, com base no componente grafofônico da língua como um fim em si mesma, circunscritas às quatro paredes da sala de aula” (BRAGGIO, 1992, p. 11).

Em primeiro lugar, define claramente os papéis que têm professores e alunos; os primeiros são donos da aula, da verdade, das circunstâncias, dos recursos pedagógicos, do debate e do palco da ação; e estes últimos, têm participação formal, somente quando têm que apresentar suas tarefas. Em segundo lugar, houve uma padronização excessiva do conhecimento; muitas escolas tornaram-se fábricas de produção em escala de alunos com níveis semelhantes de treinamento e pouco senso crítico da realidade (BRAGGIO, 1992).

Braggio (1992) ainda reforça que o modelo de ensino tradicional foi desenvolvido na sala de aula como centro da atividade educativa. Embora tenha seus detratores, ainda há muitos professores que continuam acreditando na eficácia da abordagem tradicional, que é baseada em uma premissa básica. Começa a prender a ler com as estruturas de palavras mais simples e, uma vez memorizadas, mescla-as em estruturas mais complexas.

Os pequeninos apenas juntam as letras e leem, mesmo que isso não tenha significado para eles, os resultados são de crianças que assimilam bem o código, mas não entendem o conceito, não entendem que uma sílaba só faz sentido se pertencer a um conjunto com sentido completo. Além disso, o método não leva em consideração o desenvolvimento intelectual, que é diferente em cada criança. No pensamento de Braggio:

[...] delimitam-se as estratégias utilizadas pelas crianças no processo de aprendizagem, modificam-se negativamente as que elas já haviam começado a adquirir, impedem-se que sejam sujeitos do seu próprio discurso e adquirem a linguagem escrita como mais um instrumento do seu papel de agente histórico. (1992, p. 12).

De acordo com o que foi citado pela autora, nesta concepção de ensino não há uma preocupação em que a criança use a linguagem como ferramenta do dia a dia. É focado apenas o exercício repetitivo, onde o educando vai somente reproduzir o que o professor fala por meio de um processo mecânico e artificial no qual a linguagem é reduzida ao nível sensorio.

Não basta educador ensinar, é preciso identificar se o aluno está aprendendo. As crianças tentam escrever de acordo com seu nível de conceituação, de acordo com sua ação sobre o objeto, em uma perspectiva construtivista (BRAGGIO, 1992). Nesse caso, o professor deve construir situações favoráveis a essas descobertas, que só ocorrem na experiência dos atos de escrita.

O processo de aquisição da escrita só ocorrerá a partir do momento em que o sujeito compreender e construir o sentido da função escrita e sua representatividade no meio social. Em outras palavras, a criança alcançará seu domínio quando perceber que o ato de escrever é funcional e necessário para sua vida, pois é uma forma de comunicar e expressar desejos, necessidades e informações.

A autora em evidência busca fornecer subsídios para uma prática pedagógica que se oponha do que ela chama de concepções ingênuas de ensino, em que a escola idealiza sempre a criança perfeita, sem considerar que as crianças são diferentes umas das outras, vivem em contextos distintos. Por conta disso, a alfabetização não deve ser padronizada. Diante do que foi colocado, cabe destacar que o processo de alfabetização é um tema vasto e amplamente discutido não só dentro dos muros da escola, mas também fora deles.

É por isso que a prática de leitura e escrita segundo Braggio (1992) é “um processo de alfabetização psicológico-social-histórico e ideologicamente voltados não só para o bom leitor como também e, principalmente, para o leitor crítico que de posse da linguagem escrita, seja sujeito de sua práxis” (p. 94). Portanto, uma possível transformação que vise superar o ensino tradicional, seria a reformulação de metodologias atreladas às práticas sociais.

2.2 Letramento: um recurso para o processo de alfabetização

Ler e escrever faz parte da sociedade contemporânea sendo um patrimônio cultural, assim, a cultura letrada está presente em nosso dia-a-dia. Nos anos iniciais do ensino

fundamental, a leitura e a escrita também são importantes, sendo interessantes às crianças. Neste sentido, os docentes devem buscar referências para suas práticas educativas, com foco no oferecimento de um ambiente saudável de ensino e aprendizagem que seja condizente com o contexto dos alunos (BRANDÃO; ROSA, 2011).

Nos últimos anos, a concepção de letramento vem ganhando destaque no campo de estudo voltado à alfabetização, gerando novas possibilidades de ação pedagógica, ao priorizar atividades significativas que visem combater o ensino tradicional. A utilização do letramento para a alfabetização escolar é de suma importância, pois ele permite que o educando tenha contato com as práticas sociais, seja ele em espaços escolares ou não. Estas práticas sociais ganharam maior destaque no momento em que a vida social se tornou cada vez mais dependente da língua escrita (SOARES, 2018).

Em concordância com o que foi afirmado acima, é pertinente destacar que o mundo é letrado e estamos rodeados das práticas sociais em nosso dia a dia; supermercados, os produtos que consumimos, embalagens, etc., tudo envolve a cultura letrada. Em vista disso, podemos ainda ressaltar que, o processo de letramento não se limita à escola, os espaços sociais e culturais que frequentamos também são impulsionadores de letramento, assim sendo, a escola adquire uma função social, e com isso, os educadores detêm de uma variedade de ações contextualizadas para a criança explorar.

Logo, o papel do professor e da escola em geral, está inteiramente ligado à atribuição que a língua escrita representa nas esferas da sociedade. E quando o aluno adentra ao espaço educativo, é fundamental que suas histórias e conhecimentos anteriores sejam valorizados, pois assim, ele poderá reconstruir novos saberes considerando a sua realidade.

Como já foi apontado ao longo deste trabalho, o letramento possibilita essa valorização, dando condições para que os alunos se apropriem do conhecimento prévio em prol da construção de novas vivências. Aprender a ler e a escrever é uma das maiores vontades da criança ao iniciar o processo de escolarização, mas, infelizmente sua educação tem sido baseada na memorização do código alfabético.

Em busca de uma medida para enfrentar os problemas referentes à alfabetização, autoras como Magda Soares, Ângela Kleiman e Amália Simonetti têm realizado investigações acerca do letramento, atribuindo-o como um recurso para alfabetizar de maneira eficaz. Por esta razão, é necessário que tenhamos um olhar voltado para a compreensão de seu significado e de sua função como mediador do processo de aquisição dos sistemas de leitura e escrita como fator social.

Alfabetizar letrando é inserir a criança no mundo da leitura, permitindo que ela vivencie o uso competente da linguagem nas práticas sociais, uma vez que, a leitura frequente engrandece o seu vocabulário. Quanto maior o convívio do educando com o meio sociocultural, maior será sua percepção crítica de mundo, e cabe ao educador, a função de mediar o desenvolvimento deste processo, fornecendo práticas educativas que visem a apreensão da leitura e da escrita como elemento cultural.

Neste sentido, no decorrer do processo de ensino e aprendizagem, o professor deve criar um ambiente letrado, propiciando uma multiplicidade de linguagens em distintos contextos sociais, que motive o educando a pensar a respeito da língua que se escreve. É fundamental que os alunos possam interagir com a leitura e a escrita, pois:

Propiciar ao mesmo tempo a aquisição da leitura e escrita e a inserção na cultura escrita é possibilitar ao aprendiz a compreensão do sistema escrito em/no uso das práticas sociais, culturais de leitura, oralidade e escrita, e dos procedimentos nelas envolvidos: os procedimentos do falante, do ouvinte, do leitor e do escritor. (SIMONETTI, 2012, p.15).

Seguindo nessa linha de raciocínio, ao conviver em um espaço explicitamente letrado “a criança vai construindo o seu conhecimento da linguagem escrita, que não se limita ao conhecimento das marcas gráficas a produzir ou a interpretar, mas envolve gênero, estrutura textual, funções, formas e recursos linguísticos.” (BRITTO, 2007, p.36).

O autor deixa claro que o aprimoramento da alfabetização deve ser desenvolvido em uma perspectiva letrada, o uso do sistema de leitura e escrita nas práticas sociais contextualizadas fará com que o avanço da aprendizagem dos alunos seja bastante promissor e significativo, concebendo-os a oportunidade de tornarem-se sujeitos ativos ao longo da construção deste processo.

No ponto de vista social da escrita, ocorre diferente da educação tradicional, pois não é o encadeamento do considerado mais fácil para o mais difícil que simplifica o processo de ensino e aprendizagem, até porque não é possível o educador afirmar com clareza, o que torna algo simples ou complicado para a criança (KLEIMAN, 2007). Em função disso, o letramento é um campo rico de possibilidades em que o aluno desenvolve sua compreensão, sua subjetividade, e por esta razão, surge a necessidade de atrelá-lo à prática alfabetizadora. Letrar é formar cidadãos sujeitos à criticidade, que possam entender o código escrito em seu sentido mais amplo no meio em que vivemos.

De acordo com o que afirma a educadora Magda Soares "alfabetizar letrando ou letrar alfabetizando pela integração e pela articulação das várias facetas do processo de aprendizagem

inicial da língua escrita, é sem dúvida, o caminho para superação dos problemas que vimos enfrentando nesta etapa da escolarização [...]" (2004, p.12).

Kleiman (2007) também acentua a importância de atribuir uma alfabetização letrada, pois considerar as práticas de leitura e escrita na perspectiva do letramento, presume em pensar a heterogeneidade da turma, de outro modo, os educadores devem elaborar estratégias, em conformidade com as particularidades de cada aluno. Nas práticas educativas, é essencial que os educandos estejam familiarizados com o assunto envolvido nos exercícios propostos, dessa forma, os contextos referentes à vida social precisam estar presentes no cotidiano da escola.

Nesta ótica, os processos de alfabetização e letramento são fundamentais no convívio social, sendo importantes elementos da cultura. Assim, não é adequado ignorar este processo no ensino fundamental, sendo necessário adaptar as práticas de ensino, de forma a permitir que as crianças possam entrar em contato com estes elementos e desenvolver suas capacidades relacionadas à linguagem, conforme apontam Brandão e Rosa (2011).

Portanto, os argumentos dos autores citados neste trabalho nos levam à reflexão da importância de reconhecermos o letramento como um eficiente recurso para o processo de alfabetização, no qual ambos precisam caminhar juntos, visando superar os problemas educacionais enfrentados com recorrência na fase inicial da escolarização.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta pesquisa, buscou-se analisar a concepção de duas educadoras que lecionam em turmas de primeiro e segundo na escola municipal de ensino fundamental M^a.C.R.V. localizada no Município de Barcarena. Baseado nos objetivos do trabalho, foram realizadas observações e entrevistas semiestruturadas de maneira individual para entender a alfabetização e o letramento na compreensão e nas práticas dos professores. As docentes, que preferiram preservar sua identidade, serão nomeadas de Ana e Maria.

O perfil das professoras que participaram da pesquisa foi traçado por meio dos dados obtidos nas entrevistas. Em relação à área de formação, ambas as docentes são licenciadas em Pedagogia pela Universidade Estadual do Pará, e nenhuma delas possui especialização. Enquanto a professora Ana atua na área há mais de 7 anos, a professora Maria é educadora há apenas 4 meses.

Para iniciar a investigação, elas foram questionadas de como foi a sua formação inicial para a docência, Ana foi bem objetiva ao enfatizar que foi “desafiadora e aprazível”. Já Maria relata que foi satisfatória, pois teve acesso a conteúdos e conhecimentos imprescindíveis.

Em seguida, foi perguntado o que elas entendem por alfabetização. No ponto de vista da professora Ana, “é o aprendizado das letras ou código que vão ser utilizados pra comunicação”. Na ótica da professora Maria “alfabetização é a aprendizagem do código que usamos na leitura e na escrita. Consiste em um indivíduo aprender a ler e a escrever palavras usando o alfabeto”.

A fala das docentes me chamou atenção pelo fato de ambas possuírem uma visão reduzida acerca do conceito de alfabetização, na qual ela é tida somente como a sistematização do código escrito. Refletindo essa ideia, o pensamento das professoras não está totalmente equivocado, levando em conta que, o termo alfabetização ainda é definido como a habilidade de apreender a codificar e decodificar. Nesse caso, cabe aos docentes estarem em uma constante busca por formação, para que assim, seus conhecimentos não se tornem limitados.

Ainda é comum nos depararmos com professores que, mesmo com anos de experiência, não buscam entender a alfabetização em seu sentido mais amplo. Nessa perspectiva, o pensamento das entrevistadas caminha na contramão do que é posto por Paulo Freire, que define a alfabetização como um ato criador que vai além do “[...] simples domínio mecânico de técnicas para ler e escrever” (1983, p.41).

É satisfatório ensinar uma criança a ler, todavia, é mais valoroso ainda estimular nela o hábito pela prática da leitura. Dito isto, foi indagado os pontos de vista das educadoras quanto ao uso da leitura. Para Ana, usamos a leitura “pra compreender vários assuntos, estimular a mente e melhorar o vocabulário”. Na opinião de Maria, “a leitura é usada como um meio de adquirir informações e ajudar no desenvolvimento de várias habilidades. (...) A leitura nos permite imaginar, criar, expandir o conhecimento, além de muitos outros benefícios. Por isso sempre levo meus alunos pra biblioteca”.

Durante minha experiência de observação nas salas de aula das educadoras, foi possível identificar que Ana trabalha a leitura através da leitura deleite, e principalmente, dos livros didáticos. Já Maria gosta de trabalhar a leitura de forma mais lúdica, por meio de jogos, brincadeiras e histórias, tentando tornar a aula mais prazerosa o possível, incentivando os alunos a lerem sozinhos e criarem gosto pela leitura.

Nota-se que para as professoras, o uso da leitura se dá fundamentalmente para a busca de informações e desenvolvimento do vocabulário. E quanto a forma em que ela é trabalhada em sala de aula, Ana pouco promove ações que estimulem o hábito da leitura; enquanto Maria promove atividades com o propósito de incentivar o gosto pela leitura nas crianças e tornar a aula mais prazerosa, o que é de suma importância para o processo de alfabetização. Nesse contexto, Soares e Batista (2005) destacam que, mesmo que a criança não seja alfabetizada, a

partir do momento em que ela entra em contato com o mundo dos livros e histórias, surgirá o interesse pela prática de leitura.

Uma criança que convive com pessoas que têm o hábito de ler consegue compreender a leitura e a escrita com mais facilidade, para que servem, o que representam e como funcionam. Portanto, ao conversar e ler desde cedo e com frequência para uma criança, o educador fornecerá uma base sólida para o aprendizado futuro e irá prepará-la para ser bem-sucedida na escola e na vida. Em suas experiências cotidianas, as crianças aprendem novas palavras todos os dias, e este é o momento ideal para continuar expandindo seu vocabulário. (FONTANA; CRUZ, 1997).

Desse modo, após realizar questionamentos referentes à leitura, surgiu a necessidade de inquirir sobre o que elas compreendem por letramento. O pensamento da professora Ana vai de encontro com as ideias da autora Magda Soares já abordadas ao longo deste trabalho, pois para a profissional em questão, o letramento é “a habilidade de ler e escrever de acordo com as práticas sociais”. Entretanto, a educadora ainda aparenta possuir uma certa dificuldade em demonstrar como compreende este conceito, de modo que, quando tentei aprofundar mais o tema, foi solicitado que eu prosseguisse com as perguntas.

Já em conformidade com a compreensão da professora Maria, “o letramento vai além da alfabetização, ele consiste basicamente em saber interpretar o que tá sendo lido ou visto. Assim, um aluno não alfabetizado pode ser letrado se souber interpretar e dialogar sobre as ideias nos mais diferentes contextos”. Maria carrega uma visão mais vasta quanto ao conceito de letramento, visto que, ela tem entendimento que mesmo que uma criança ainda não tenha desenvolvido o processo de alfabetização, ela já pertence a uma cultura letrada, devido a interpretação de mundo que ela carrega ao adentrar no espaço escolar.

A ideia da professora nos faz lembrar das reflexões de Soares (1998), que salienta o fato de que uma criança poder ser classificada ao mesmo tempo como analfabeta tal como letrada, pois, apesar de não saber ler e nem escrever, no momento em que solicita que uma outra pessoa leia informações para ela, nota-se que, é capaz de entender o significado do sistema escrito ao interpretar de sua maneira o que foi discutido. Desta forma, pressupõe-se que o indivíduo já apresenta um nível de letramento. Por outro lado, existem sujeitos que são alfabetizados, mas, não podem ser considerados letrados, em razão de não praticarem o hábito de leitura e nem de escrita, resultando em dificuldades para implementar a interpretação do mundo a sua volta.

Partindo das definições do termo letramento segundo a concepção das professoras, de que maneira a cultura letrada é atrelada às suas práticas de ensino? Conforme o que foi dito por

Ana “o letramento é um processo necessário pra alfabetização né, por isso minha prática educativa é pautada no desenvolvimento desse processo. Então eu passei a incluir textos do cotidiano dos meus alunos, pra que eles se sintam familiarizados com a aula proposta.”

É importante frisar que, embora a professora reconheça o letramento como um processo necessário para a alfabetização e relatar que suas práticas educativas são pautadas no desenvolvimento deste processo, esse conhecimento não foi refletido em suas práticas, de acordo com o que foi observado em suas aulas. Nos dias em que estive presente em sua classe, foi possível verificar que as crianças eram submetidas a várias sessões de repetição de sílabas e ditado de palavras totalmente descontextualizadas, que pouco acrescentavam para o seu saber. Isto é, sua prática pedagógica apresentou um caráter mais tradicional, baseado em uma alfabetização mecânica apontada por Silvia Braggio (1992).

Quando questionada, Maria fez os seguintes apontamentos:

Sou professora do primeiro ano, e nem todos os meus alunos são alfabetizados. Assim, uso o letramento como forma de avaliar se os alunos compreendem o que está sendo ensinado, ou seja, por mais que alguns alunos não consigam codificar e decodificar a escrita, avalio se eles conseguem entender o conteúdo. Eles amam quando eu trago coisas relacionadas ao cotidiano deles. Gosto bastante de trabalhar com as embalagens dos lanches que eles consomem, de construir coletivamente bilhetes e receitas do prato favorito deles, fazer rodas de leituras. Percebo que as aulas ficam mais atrativas e eles ficam mais interessados, pois já tiveram contato com aquilo fora do ambiente escolar. É a questão de trazer o contexto social deles pra dentro da sala de aula. Por isso, faço das minhas paredes um mural bastante atrativo, buscando trazer uma função social do uso da leitura e relacioná-la com as práticas sociais, produzindo sentidos e significados pras minhas aulas. Estudei bastante sobre isso na minha formação inicial.

Refletindo o que foi sinalizado pela educadora, percebe-se que ela busca inserir o letramento em suas práticas, a fim de proporcionar uma alfabetização relacionada ao cotidiano das crianças. Essa finalidade corrobora com o que foi elucidado por Val (2006) no decorrer desta pesquisa, dado que, para a autora em evidência, o letramento inicia a partir do momento em que o aluno começa a vivenciar as diversas manifestações de escrita presentes na sociedade.

Foi possível verificar ao longo de minha permanência na classe da professora Maria, que ela indica apresentar maiores conhecimentos referentes à cultura letrada, pois ela traz diversas situações, a partir de uma variedade de práticas contextualizadas ao fazer o uso de materiais que estão presentes no dia a dia dos alunos, como exemplo, desenvolver atividades a partir das embalagens dos lanches que as crianças levam para a escola, e coletivamente, produzir cartazes sobre a alimentação e fixá-los nas paredes da sala de aula.

Curiosamente, a professora foi questionada quanto ao objetivo da atividade, e ela respondeu que as crianças “identificam um determinado alimento só de olhar pra embalagem;

elas não estão lendo o que está escrito na embalagem, mas estão usando as habilidades de letramento pra relacionar a imagem ao alimento, por isso, sempre busco relacionar os conteúdos”. Com base na atividade proposta pela docente, ao pensar em aprendizagem articulada com às práticas sociais, é pensar em situações que envolvem, de forma crítica e dialógica, diferentes linguagens. Significa guiar o aluno a desenvolver habilidades que o levem a pensar e aprender a língua sem certos limites, que é carregada de significados definidos pelo seu contexto.

Além disso, quando Maria fala em propiciar um ambiente atrativo, é possível notar que, ela se vale da compreensão de que o entorno em que o processo de ensino e aprendizagem é desenvolvido, necessita ser adaptado, precisa ser um ambiente letrado. Conforme as ponderações de Ângela Kleiman (2007, p.08) “convivendo num ambiente enriquecido pela escrita – um ambiente letrado – mesmo o professor de formação tradicional poderá aos poucos refletir sobre como propiciar atividades que, de fato, contribuam para o letramento de seu aluno”. Ou seja, quando a criança é inserida em um ambiente estimulador, ela estará entrando em contato com a função social da leitura e da escrita.

Em suma, os resultados obtidos no recorte destas entrevistas, bem como o que foi observado em sala de aula, nos levam a pensar que ainda existem lacunas expressivas na compreensão a respeito dos conceitos de alfabetização e letramento, o que de certa forma, acabam dificultando a inserção da cultura letrada na prática docente, como ocorre com a professora Ana.

Não é possível afirmar se essa dificuldade advém de falhas na qualidade da formação inicial, da ausência da temática nas formações continuadas para os professores, ou até mesmo da própria falta de auto formação. Nessa perspectiva, Kalantzis (2020) acentua que, uma transformação no âmbito educacional não pode ser concretizada se não houver uma ressignificação da profissão docente.

Cabe ainda destacar que, uma prática pedagógica bem embasada pela relação teórico-metodológica se torna essencial para o desenvolvimento de um processo de ensino e aprendizagem significativo, pois priorizar o aspecto social em que os alunos vivem, é criar possibilidades pelas quais eles possam se tornar sujeitos de seu aprendizado. E mesmo lecionando há pouco tempo, a educadora Maria já apresenta essa visão ressignificada ao refletir o letramento em suas práticas.

Portanto, ao promover uma alfabetização contextualizada, os professores possibilitam que as crianças tomem conhecimento e passem a demonstrar um maior interesse por essas práticas sociais, tornando a aprendizagem mais prazerosa, pois segundo a professora Maria, os

educandos gostam quando a aula é relacionada ao seu cotidiano. Assim, é inegável a utilização do letramento como um importante recurso para a construção de saberes, e por meio deste, o professor tem plena capacidade para articular estratégias que viabilizem o processo de alfabetização.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi iniciada com o objetivo de compreender de que maneira os professores alfabetizadores introduzem o letramento nas suas práticas de ensino. Ao finalizar este trabalho e diante das respostas das professoras aqui destacadas, evidencia-se a importância de inserir a cultura letrada no processo de alfabetização das crianças. Por outro lado, vivenciamos um problema associado a esse paradigma, ainda existem profissionais que possuem uma certa resistência em atualizar suas práticas de ensino, estimando métodos enraizados em moldes tradicionais. A sociedade mudou e a escola deve acompanhar essas mudanças.

Em vista disso, já é de nosso conhecimento que a alfabetização letrada vai além do simples método de memorização, pois ela resulta na ação de ensinar a ler e escrever buscando sentido e significado, não apenas pela codificação e decodificação de signos, mas também pelo uso dessas habilidades nas práticas sociais. No entanto, não é um processo fácil para o professor vivenciar essa concepção pedagógica, onde ele deixa de ser o detentor do conhecimento e passa a ser o mediador.

É evidente que erros ocorrerão ao longo do processo de alfabetização, o que contribuirá para o avanço da aprendizagem, pois o conhecimento é construído a partir das experiências de ensino e aprendizagem, e os erros, quando refletidos e assumidos pelo professor, que é o mediador do processo, na forma de intervenção problematizadora, pode significar então um avanço na conceitualização.

Portanto, ainda que por meio de concisas discussões, esta pesquisa buscou cooperar com a comunidade acadêmica para a ampliação da compreensão dos processos de alfabetização e letramento, bem como a sua relevância para o meio social. Por esse motivo, espera-se que este conteúdo possa desempenhar um papel instigante para próximos debates acerca da temática em questão, e seja um ponto de partida para a reformulação das práticas pedagógicas dos docentes que já atuam na área, e também, para aqueles que ainda estão em processo de formação.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ana Maria. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: Unesp, 2001.

BRAGGIO, Silvia Lucia Bigonjal. **Leitura e alfabetização**: da concepção mecanicista à sociopsicolinguística. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

BRANDÃO, A. C. P.; ROSA, E. C. **Ler e escrever na educação infantil**: Discutindo práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em; <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/323>>. Acesso em 07 de JANEIRO DE 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular** – BNCC 2ª versão. Brasília, DF, 2016.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394>. Acesso em 08 de fevereiro de 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. Brasília: MEC, SEB, 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/pacto-nacional-pela-alfabetizacao-na-idade-certa>>. Acesso em 22 de fevereiro de 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Programa mais alfabetização**. Manual operacional do sistema de orientação pedagógica. Abril, 2018.

BRITTO, Luiz Percival. **Letramento e alfabetização**: implicações para a educação infantil. In: FARIA, Ana Lúcia Goubart; MELLO, Suely Amaral (orgs.). **O mundo da escrita no universo da pequena infância**. Campinas, SP: autores associados, 2007.

FERREIRA, Débora. **Letramento escolar**: saberes e fazeres da docência. Belém: Editora Cromos e Graphitte Editores, 2014.

FONTANA, Roseli; CRUZ, Maria Nazaré da. **Psicologia e trabalho pedagógico**. São Paulo: Atual, 1997.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **Educação e mudança**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/derad005>>. Acesso em: 19 de julho de 2020.

KALANTZIS, Mary. Et al. **Letramentos**. Tradução: Peterson Pinheiro. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

KLEIMAN, Ângela. **O conceito de letramento e suas implicações para a alfabetização**. Projeto temático: letramento do professor. Fevereiro, 2007.

_____. **Preciso “ensinar” letramento?** – Não basta ensinar a ler e escrever? Brasília: MEC Campinas: CIFE/UNICAMP, 2005.

MICOTTI, Maria Cecília. **Alfabetização: propostas e práticas**. São Paulo: Contexto, 2012.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Educação e Letramento**. São Paulo: UNESP, 2004.

O GLOBO. **Sociedade e educação**. Disponível em: <<https://m.oglobo.globo.com/sociedade/educacao/catastrofe-nacional-dizem-especialistas-sobre-resultados-da-avaliacao-nacional-de-alfabetizacao-21991860?versao=amp>> Acesso em 26 de junho de 2019.

PRÓ LETRAMENTO, **Programa de formação continuada de professores**. Ministério da Educação. Secretaria de educação básica. Brasília, 2008.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SIMONETTI, Amália. **Proposta didática para alfabetizar letrando**. 4. ed. rev. e ampl. – Fortaleza: Seduc, 2012.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento**. 7. ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2018.

_____. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

_____. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. Revista Brasileira de Educação, n.25, 2004.

_____; BATISTA, Antônio. **Alfabetização e letramento: caderno do professor**. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005.

VAL, Maria da Graça Costa. O que é ser alfabetizado e letrado? In: CARVALHO, Maria Angélica Freire (org.). **Práticas de leitura e escrita**. 1. ed. Brasília: Ministério da Educação, 2006.